

1
2
3 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES DO INSTITUTO**
4 **FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ, REALIZADA EM**
5 **15 DE ABRIL DE 2021**
6

7 Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se, por
8 videoconferência, em reunião ordinária, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de
9 Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, sob a presidência do Reitor Odacir Antonio
10 Zanatta, com a presença dos seguintes dirigentes: Adriano Willian da Silva, Amarildo
11 Magalhães, Carlos Alberto Pereira do Rosário, Carlos Dalla Nora, Carlos Zanatta, Celso
12 Luiz Buiar, Ciro Bachtold, Cleverson dos Anjos (substituto de Ana Claudia Radis), João
13 Claudio Madureira, Joaquim de Lima, José Barbosa Dias Junior, Karina Mello Bonilaure,
14 Kleber Michalichem, Leocádia Silva, Lívia Maria Facuri, Luiz Carlos Eckstein, Luiz Seixas
15 (substituto de Onivaldo Flores Junior), Marcelo Estevam, Marcelo Lupion Poleti, Marcio
16 Gonçalves, Marcos Antonio Barbosa, Marcos Paulo Rosa, Mateus das Neves Gomes,
17 Monice Aquino (substituta de Anderson Coldebella), Patricia Bortolini, Paulo de Oliveira
18 Fortes Junior, Paulo Yamamoto, Rafael Poltronieri, Ricardo Rodrigues de Souza, Ricardo
19 Tows, Roberto Carlos Bianchi, Rodolfo Fiorucci, Thiago Pereira do Nascimento, e Vicente
20 Sandeski. Como convidados participaram: Angelo Piassetta, Dircéia Calixto, João Gabriel
21 Kozak e Karina Ferrari. Justificaram ausência: Ana Claudia Radis, Anderson Coldebella,
22 Nelson de Castro Neto, Onivaldo Flores Junior e Pierre Alves. O presidente iniciou a reunião
23 dando as boas-vindas a todos. No **Expediente**, “**Informes Gerais**”, pontuou sobre a vinda
24 do Professor Simão, ex-reitor de Mato Grosso do Sul, por colaboração técnica, que atuará
25 na Diretoria Executiva. Na sequência, informou as ausências justificadas. Logo em seguida,
26 colocou em homologação a ata da reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2021, que foi
27 aprovada por unanimidade. Nos **Informes Pró-Reitorias**, alínea “a”, “**Fases de**
28 **Implantação do Siads; (Proad)**”, Carlos Zanatta pontuou que a comissão trabalha desde
29 2019, e que será feita a migração de todo o sistema patrimonial. Na sequência, Karina
30 Ferrari, Dircéia Romero e Angelo Piassetta apresentaram o programa. Karina destacou que
31 o Siads é uma solução desenvolvida pelo Serpro para o Ministério da Economia, sob gestão
32 STN, que possibilita aos órgãos da Administração Pública Federal um controle completo e
33 efetivo de seus estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte. Pontuou
34 que o sistema permite: controlar permanentemente a depreciação e amortização dos bens;

35 ampliar a automação do registro contábil (possibilita que ato e fato das ações
36 administrativas sejam registrados no Siafi, em tempo real por meio do Siads); inventário
37 eletrônico em plataforma mobile; Reuse - “desburocratiza e garante a transparência aos
38 processos de incorporação e transferência de patrimônio da União” e potencializa a
39 racionalização financeira, processual e de pessoas. Destacou a legislação pertinente.
40 Apresentou o cronograma que teve início em 2018 com a Portaria ME nº 365/2018 e
41 finalização da implantação em 24 de novembro de 2021. Detalhou as fases de pré-
42 implantação, e, por fim, apresentou o cronograma por Campus. João Madureira solicitou
43 que a Proad se manifestasse sobre a programação do pregão gêneros alimentícios,
44 pontuando que a proposta é positiva, mas que o cronograma dificulta o processo. Solicitou
45 que o prazo fosse antecipado. Carlos Zanatta informou que a ação estava ligada ao Decreto
46 de calamidade pública emitido ao longo do ano de 2020. Quanto à data do pregão, informou
47 que verá com a equipe a possibilidade. Madureira pontuou sua preocupação, pois na
48 reunião do PNAE foi informado que já estava autorizada a entrega de kits nas instituições
49 onde o ensino remoto está sendo feito. Quanto ao prazo, pontuou que estamos em ensino
50 remoto até 30 de junho, havendo possibilidade de o ensino presencial voltar em julho, o
51 que interferiria no processo. Patricia Bortoline reforçou a solicitação do Madureira, e
52 pontuou ser necessário esclarecer a situação. Amarildo reforçou a necessidade dos kits
53 serem disponibilizados nesse primeiro semestre. Após algumas considerações o presidente
54 pontuou que são pontos importantes abordados e sugeriu avaliar e retomar esse tópico na
55 ordem do dia para deliberação. Na alínea “b”, “**Assistência Estudantil; (Proens)**”,
56 Amarildo pontuou a questão do orçamento de R\$ 4 milhões que constam na LOA.
57 Apresentou as ações em andamento: Cadastro de Reserva, inscrições até 28 de abril;
58 Prase publicação até 20 de abril, aguardando confirmação dos beneficiários; PACE,
59 informou que foi aprovada a Resolução 09/2021; PRODIGI, o programa Aluno Conectado
60 foi prorrogado até 31 de dezembro; PNAE, recurso descentralizado, será criado um GT
61 alimentação e as indicações podem ser enviadas à Proens. Sobre o GT Alimentação,
62 Roberto Bianchi questionou o que precisa ser informado para a participação. Amarildo
63 informou que as informações serão encaminhadas pela DAES nos próximos dias e que a
64 participação dos campi é necessária para a construção dessa demanda. Ricardo Rodrigues,
65 sobre o PNAE, pontuou que o prazo somente até o final do semestre para execução é muito
66 curto. Amarildo pontuou que se trata de uma questão de orçamento, e que pode ser tratado

67 na ordem do dia. Carlos Zanatta informou que há disponibilidade dos kits. Na alínea “c”,
68 **“Orçamento 2021: aprovação e execução; (Proplan)”**, Paulo informou que o orçamento
69 2021 teve a aprovação no Congresso Nacional e que a data final para sanção do presidente
70 é 22 de abril. Informou que os valores da LOA correspondem a 5 (cinco) meses do
71 orçamento de funcionamento. Quanto aos valores de pessoal, está coberto somente até a
72 folha de abril de 2021. Apresentou os valores da LOA 2021 direcionado ao IFPR. Pontuou
73 que a redução geral na Rede Federal foi de 21% em relação ao ano de 2020. Informou que
74 o Conif fez uma carta aberta pontuando a necessidade de aporte no orçamento para
75 eventual retorno das atividades presenciais. Ressaltou preocupação quanto à necessidade
76 de aprovação do orçamento condicionado. Apresentou a execução dos duodécimos no
77 período de janeiro a abril da Ação 20RL. Rodolfo pontuou a situação crítica, e questionou
78 sobre o que aconteceria não ocorresse a aprovação. Por fim, questionou se não seria o
79 caso de informar aos servidores sobre a possibilidade não ter recursos para pagamento de
80 salário. Joaquim questionou sobre o fluxo. Adriano Silva pontuou preocupação com o
81 orçamento, e que possivelmente o Campus Curitiba não terá condições de completar o ano.
82 Questionou sobre as alternativas que existem para suprir essa situação. Paulo Yamamoto
83 pontuou que a preocupação é muito grande. É necessária a definição do orçamento. Caso
84 o presidente vete o orçamento, isso voltará ao Congresso para discussão. Caso seja
85 sancionado integralmente, pode ocorrer o caso de improbidade administrativa. Não tem
86 como discutir o orçamento condicionado antes de ser aprovado. Uma alternativa seria
87 liberar o orçamento de guerra, que gerariam outros sintomas. Quanto ao questionamento
88 do Adriano, informou que não há possibilidade de alteração. Informou que o Campus
89 Curitiba perdeu recursos em relação ao ano de 2020. Pontuou que a SPO solicitou que
90 fosse priorizado o pagamento das despesas inadiáveis, e que as despesas não ficassem
91 sem empenho. Quanto à posição de fazer uma nota para os servidores, informou que isso
92 deveria ser emitido pelo Conif como uma nota pública pontuando essa possibilidade. José
93 Barbosa pontuou que em 2020 o orçamento já não era suficiente e que somente foi possível
94 finalizar o ano porque as atividades presenciais foram suspensas. Questionou se a questão
95 do orçamento será tratada em uma reunião específica do Codir, com base em um
96 orçamento que já sofreu um corte de 21%, sendo insuficiente finalizar o ano. Pontuou a
97 necessidade de dialogar ações coordenadas em relação ao Instituto, pois não há mais onde
98 fazer cortes. Quanto ao orçamento condicionado, como não existe uma previsão de tempo

99 para votação, se a previsão é que em maio não haverá recursos para pagamento da folha,
100 questionou se não poderiam ser utilizados os duodécimos, que não foram executados, para
101 pagamento da folha. Paulo informou que o único recurso não retido é da Assistência
102 Estudantil. Quanto à folha, se aprovado o orçamento como está, teremos a liberação
103 integral da LOA, e para custeio os campi poderiam ajustar a defasagem desses orçamentos.
104 E a partir de junho, haveria necessidade do orçamento condicionado. Pontuou que após a
105 sanção do orçamento e emissão do decreto, seria importante convocar uma extraordinária
106 para estabelecer uma estratégia de ação. Na alínea “d”, **“Autorização de pesquisa no**
107 **âmbito do IFPR; (Proeppi)”**, Marcelo Estevam efetuou a apresentação. Informou sobre a
108 autorização de pesquisa para o CEP-IFPR. A portaria nº 889/2020 normatiza os
109 procedimentos e delega competência para autorizar pesquisa no IFPR. Na alínea “e”,
110 **“Bolsa ao pesquisador (Parecer AGU); (Proeppi)”**, Marcelo informou sobre o Edital de
111 Sistema de Bolsas da Proeppi, e que o prazo para inscrição é até 17/05/2021. Pontuou o
112 Parecer nº 528/2020 que possibilita o pagamento de bolsas. Na alínea “f”, **“Chamada para**
113 **revisores-Editora IFPR; (Proeppi)”**, Marcelo informou que se trata de um cadastro para
114 quem deseja fazer a atividade de revisamento. Na alínea “g”, **“Edital de Sistema de Bolsas**
115 **da Proeppi; (Proeppi)”**, Marcelo informou sobre o sistema Acadêmico que se encontra em
116 desenvolvimento pela Dtic, Proens e Proeppi, e que será integrado aos sistemas Planif e
117 Siscope, utilizando o banco de dados institucionais. Madureira questionou sobre
118 autorização e pesquisa no IFPR, que tem chegado muitos e-mails de pesquisadores
119 internos e externos, que estão realizando seus programas de mestrado e doutorado.
120 Pontuou que uma servidora do IFPR encaminhou um termo de ciência e autorização ao DG,
121 solicitando autorização e denominando o DG como responsável pelo estudo. Luiz Carlos
122 Eckstein informou que também recebeu solicitações de outras instituições, e questionou
123 qual deve ser o posicionamento a se tomar. Marcelo pontuou que o correto é não responder.
124 Toda solicitação deve ser encaminhada para a Proeppi, que irá fazer toda análise e
125 acompanhamento. Paulo Fortes questionou se o sistema dará suporte quanto às
126 informações solicitados dos estudantes. Marcelo pontuou que nenhum dado pode ser
127 fornecido, e que se deve ter muita cautela. Pediu para não compartilhar as informações nos
128 drives e sugeriu aguardar a implantação do sistema. Luiz Carlos Eckstein questionou, sobre
129 bolsa de pesquisa, se é possível o professor DE (dedicação exclusiva) trabalhar produzindo
130 material e se o professor pode participar de aulas. Estevam pontuou que é possível de

131 acordo com as regras. Pontuou que em breve teremos uma resolução sobre o assunto.

132 Karina Bonilaure pontuou que está sendo construída uma regulamentação para esses

133 docentes com dedicação exclusiva. Marcio Gonçalves destacou a importância dessa

134 regulamentação. Madureira pontuou que o Art. 21 da Lei 12.772, que trata desse assunto.

135 Na alínea “h”, **“Contratação de pessoal efetivo (reposições de vacâncias) e Edital de**

136 **remoção (Progepe)”**, Karina Bonilaure, contextualizou todo o cenário da contratação de

137 pessoal efetivo. Pontuou a necessidade da aprovação de orçamento mesmo para as vagas

138 de vacância. Pontuou as restrições da Lei complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.

139 Informou as ressalvas para contratação de vacâncias. Pontuou que para efetivar as novas

140 contratações, é necessário aguardar a publicação do Decreto orçamentário e da liberação

141 de autorização de nomeações no sistema SIAPE. Informou que foi feito o levantamento das

142 vagas de vacâncias de todo o IFPR. Pontuou que estão confirmando essas vagas. Informou

143 sobre a revogação da suspensão dos Editais do Concurso, e que será feita a verificação

144 das vagas em relação às vagas livres ainda não providas no Edital 2019. Pontuou sobre a

145 publicação de um edital de remoção. Destacou que a proposta da Progepe é fazer esse

146 edital seletivo de remoção, que será regido por edital específico, destinado a todos os

147 servidores em efetivo exercício no IFPR, com interesse em remoção a pedido para

148 preencherem as vagas que possuem códigos de vagas de vacâncias para oferecimento em

149 contrapartida. Por fim, pontuou que as vagas de vacância não localizadas no Edital 2019

150 poderão ser providas por reaproveitamento de concursos ou redistribuições. Sobre as

151 vagas livres, pontuou que já foi feito o planejamento incluindo todas as vagas que foram

152 incluídas no concurso, que ainda não foram providas, e as vagas de planejamento que

153 vieram das PAC’s. Cleverson questionou sobre o edital de remoção, e quanto ao professor

154 de filosofia. Karina informou que estão sendo levantadas as pendências do edital de 2018.

155 Nesse caso, do professor de filosofia, estão sendo verificadas as alternativas para essa

156 demanda. Leocádia pontuou ser contrária ao edital de remoção nesse momento, por serem

157 vagas de vacância, considerando a instabilidade do governo. Joaquim pontuou a

158 necessidade de um pedagogo ou psicólogo para dar suporte aos *campi* no retorno das

159 atividades presenciais. Karina informou que essas áreas não têm vagas de vacância.

160 Thiago informou que o campus avançado está disponível para recebimento de servidores,

161 caso tenham disponibilidade. Marcio Gonçalves questionou se no edital de remoção serão

162 somente contempladas as vagas de vacância. Karina pontuou a importância do edital de

163 remoção para anseio dos servidores. Informou que nenhum campus ficará descoberto com
164 a remoção. Quanto à troca de vagas livres, não existe previsão de provimento dessas vagas.
165 Informou que será feito um levantamento detalhado das vagas livres. Luiz Carlos Eckstein
166 questionou se existe amparo legal para a abertura de um novo edital de remoção. Pontuou
167 que não entende, no trabalho remoto, o técnico ser flexibilizado. Karina informou que a
168 remoção é legal. Destacou que o edital do concurso estava suspenso em decorrência da
169 calamidade pública, e que essa retirada de suspensão está em andamento. As áreas que
170 não estão judicializadas poderão ter contratação. Sendo possível contratar, é possível
171 remover. Quanto ao edital de afastamento dos TAES, pontuou que o quadro não é alterado.
172 Quanto às cooperações, informou que têm ocorrido nos *campi*. Quanto à flexibilização na
173 pandemia, pontuou que essa questão não foi debatida. Não houve uma revogação do
174 trabalho remoto. O presidente informou que houve debate sobre a flexibilização, e que
175 achou melhor não interromper esse processo já programado pelo servidor. Roberto Bianchi,
176 ressaltou que é favorável ao edital de remoção interna, que é uma ação importante para os
177 servidores. Pontuou a importância dos diretores-gerais conversarem entre si quanto às
178 remoções de servidores dentro do IFPR. Por fim, ressaltou a importância de deixar claro no
179 edital uma normativa para os casos de desistência. Karina pontuou que existem limites
180 quanto às remoções. Leocádia pontuou que logo após o encerramento das inscrições do
181 edital de remoção, para as vagas que ficarem abertas, que seja solicitada a contratação
182 pelo concurso. O presidente questionou se o pleno concorda com o lançamento do edital
183 de remoção, que foi aprovado por maioria absoluta, com voto contrário da Leocádia. Nos
184 **Temas Sugeridos pelos Diretores**, alínea “a”, “**Matriz Orçamentária**”, Luiz Carlos
185 Eckstein solicitou a retirada da proposição, e que seria importante ser abordado em reunião
186 específica conforme já proposto pelo Paulo Yamamoto. Na alínea “b”, “**Informações sobre**
187 **a publicação do Edital de Afastamento no 1º semestre de 2021**”, Paulo Fortes informou
188 que já foi contemplado. Roberto Bianchi questionou se para ter o afastamento docente há
189 necessidade de contratação de professor substituto e como proceder com as restrições
190 orçamentárias. Paulo Yamamoto informou que a Lei orçamentária permite contratar
191 professor substituto. Informou que a Progepe tem uma política de contratar até 15%. Esse
192 ano, até esse momento não houve nota técnica vetando a contratação de professor
193 substituto. Caso não venha nenhuma restrição no decreto orçamentário, pontuou que não
194 vê problemas para contratação de professor substituto. Karina informou que as

195 contratações serão a última etapa desse processo, e que será utilizada toda a margem de
196 15%. Na alínea “c”, **“Retomar o debate sobre a Portaria 983/2020, que altera carga**
197 **horária e regime de trabalho docente”**, Rodolfo Fiorucci informou que se trata apenas de
198 um alerta. Pontuou que há um movimento de aceitação por parte das Reitorias quanto às
199 normas que são criadas sem discussão. Pontuou que a Portaria 983 é contraditória à Lei
200 de criação dos Institutos. João Madureira pontuou que há instrumentos suficientes que dão
201 autônias para os Institutos Federais não terem medo de não implementarem as reformas
202 do ensino médio. Amarildo pontuou sobre a Portaria 983, a título de informação quanto às
203 resistências diante de textos que são impostos, pontuou o posicionamento do Conif nos
204 Foruns. Quanto à BNCC – Base Nacional Comum Curricular, destacou que nunca tivemos
205 pressa. Informou que foi aprovado pelo Conif, na última reunião, um documento com o
206 posicionamento da Rede. Destacou que o documento foi feito pelos pró-reitores de ensino,
207 e trará uma posição de toda rede. Ricardo Rodrigues informou que o ponto mais
208 preocupante são as 14 horas mínimas. Ressaltou a importância de discutir a reformulação
209 da normativa. Karina pontuou que a Comissão vem trabalhando para organizar a Instituição
210 para esse atendimento, com a finalidade de construir a minuta. O presidente pontuou que
211 o Conif é um órgão muito atuante, que contém fóruns, câmaras, assessoria parlamentar, e
212 que tem feito uma defesa muito forte. A orientação é fazer um trabalho em conjunto. Na
213 **Ordem do dia, item 1, “Processo 23411.005710/2020-41, referente à indicação**
214 **Diretores de Planejamento para Compôr a Comissão de elaboração da Matriz**
215 **Orçamentária IFPR**”, o presidente informou que se trata de uma demanda enviada pela
216 DCPO/PROPLAN, solicitando autorização do Codir para a indicação dos DPA’s (Diretores
217 de Planejamento e Administração). Informou que foi formalizado um pedido do Campus
218 Palmas, Campus Curitiba e Campus Irati solicitando a inclusão dos membros. Pontuou que,
219 considerando que a composição da comissão foi realizada e deliberada pelo Colégio de
220 Dirigentes do IFPR, em reunião ordinária do dia 04 de março de 2020, e conforme informado
221 por membros na reunião, a inclusão de novos membros deve ser validada por esse
222 colegiado, uma vez que não houve indicação desses campi na oportunidade de composição
223 da comissão. Ciro pontuou ser pertinente, pois naquele momento não se tinha ideia do
224 impacto que os estudos trariam. Luiz Carlos Eckstein informou ser favorável face da
225 grandeza do trabalho. Na sequência, o presidente colocou a proposição em votação, que
226 foi aprovada por unanimidade. No **item 2, “Processo Seletivo dos Cursos de Graduação”**,

227 Amarildo fez a apresentação da proposta do cronograma do processo seletivo, com
228 inscrições de 22/04 a 07/06; Pedidos de isenção de 22/04 a 17/05; último dia para inscrição
229 07/06; último dia para pagamento da taxa de inscrição 08/06; lista provisória de inscritos,
230 resultado de análise dos atestados ou laudos médicos e resultado de Análise dos
231 documentos dos candidatos Indígenas 10/06; homologação dos candidatos 16/06;
232 resultado provisório do processo seletivo em 21/06 e resultado final do processo 26/06/2021.
233 João Madureira pontuou que quanto ao cronograma não há muito o que fazer. Informou
234 sobre o trabalho dos *campi* quanto às avaliações dos documentos. Pontuou que a
235 apresentação do comprovante de renda gera dificuldades e é uma documentação mais
236 complexa. Ressaltou que 90% dos candidatos chegavam no campus com a documentação
237 incompleta. Como os servidores estavam dando atendimento presencial, ficava mais fácil
238 a orientação e a grande maioria era deferida. Este ano foi o contrário, ocorrendo muitos
239 indeferimentos. Solicitou que fosse previsto no edital que as bancas tivessem prazo para
240 dar retorno, e que fosse antecipada a entrega prévia dos documentos de comprovação,
241 para que a Comissão tenha esse prazo disponível. Solicitou também que fosse visto o que
242 seria possível deixar mais flexível as comprovações. Amarildo pontuou a possibilidade dos
243 *campi* entrarem em contato. Informou que pode ser colocado no edital. Quanto à
244 possibilidade de flexibilizar os comprovantes, as assistentes sociais pontuaram que já
245 fizeram uma análise e a lista do IFPR é uma das mais enxutas. Roberto Bianchi informou o
246 recebimento de e-mail dos Neabis do campus Palmas que as bancas de heteroidentificação
247 não fossem realizadas pelo campus, pois cada região possui suas especificidades. Se
248 possível, que os professores do Neabi do campus participem. Ciro solicitou que para os
249 próximos processos os *campi* tenham maior autonomia. Após algumas considerações o
250 presidente solicitou ao Amarildo que apresentasse o encaminhamento. Amarildo pontuou o
251 encaminhamento de aprovação do cronograma apresentado. Informou que será inserida a
252 possibilidade de as bancas fazerem contato com os candidatos, e prever no cronograma
253 um prazo maior de análise para as bancas entre a entrega de documentos e análise. Na
254 sequência, o presidente colocou a proposição em votação, que foi aprovada por
255 unanimidade. No **item 3, “Implantação do registro eletrônico de frequência – Instrução**
256 **Normativa SGP/SEDGG nº 125 de 03/12/2020”**, Karina informou a importância desse tema.
257 Pontuou que se trata de uma Instrução Normativa de 03 de dezembro de 2020, que trata
258 da obrigatoriedade do controle eletrônico de frequência, que começou no ano de 1996. A



INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

259 nova IN 125 reforça a necessidade sem dar opção aos Órgãos, e que todos devem ser
260 controlados por um sistema informatizado. O prazo estabelecido foi de 12 (doze) meses
261 para implementação. Reforçou que há duas possibilidades: adotar um sistema próprio do
262 Órgão ou utilizar um sistema disponibilizado pelo Órgão Central do SIPEC. Na sequência,
263 apresentou as características do Sistema Sisref. Propôs a mobilização para começar a
264 divulgar junto aos servidores essa nova característica do trabalho. Ressaltou que do ponto
265 de vista legal, não há como não atender à Instrução. Monice Aquino lembrou que na
266 implantação do SEI houve questionamentos, mas que logo depois o processo foi
267 incorporado na rotina. Pontuou ser interessante um informativo da Progepe. Adriano
268 questionou como isso impactará no teletrabalho. Karina informou que o Programa de
269 Gestão tira a obrigatoriedade do registro de frequência para aqueles que estiverem inscritos
270 no referido programa. Roberto sugeriu que seja enviada uma comunicação oficial. Sugeriu
271 também a realização de reuniões para esclarecer dúvidas dos servidores. José Barbosa
272 pontuou que o tema é delicado. Sugeriu a realização de reuniões para suprir dúvidas.
273 Questionou se não existe a possibilidade do IFPR criar um sistema próprio. Pontuou ser
274 contra o ponto eletrônico, e que a questão do docente é extremamente delicada. Luis
275 Seixas pontuou que existem manuais e recomendações que o IFPR deve seguir. Nesse
276 manual de desenvolvimento de software, para atividades meio, não é recomendado que
277 seja feito o desenvolvimento. Ou seja, deve-se utilizar um software pronto ou um software
278 do governo. Joaquim questionou se será criado um banco de horas e se terá o limite das
279 10 horas. Karina informou que isso foi colocado para os desenvolvedores do sistema. Buiar
280 pontuou sobre a autonomia dos Institutos Federais. Que esse posicionamento fere a Lei
281 Federal. O presidente questionou se tem algum encaminhamento. Karina pontuou o
282 encaminhamento para a criação das comissões locais de estudo nas unidades para
283 discussão do assunto. O presidente colocou o encaminhamento em votação, que foi
284 aprovado por unanimidade. Na sequência, dando continuidade no assunto sobre o **pregão**
285 **dos kits alimentícios**, Carlos Zanatta informou que fazer um processo de dispensa pode
286 levar mais tempo que o processo de pregão eletrônico. O presidente ressaltou que é
287 necessário justificar, ou a continuidade do processo de pregão, ou se interrompe isso e
288 deixa a critério de cada campus o processo de licitação. Pontuou a possibilidade de retorno
289 das atividades presenciais, se esse processo valeria apenas para o período de atividade
290 remota e se a aquisição teria que ser proporcional ao período. Rogério da Costa Silva fez

291 a explanação de todo o trâmite da demanda. Após longa discussão sobre o assunto, o
292 presidente colocou as opções em votação: opção 01 – segue o processo com o pregão;
293 opção 02 – os campi realizam a dispensa e adquirem na proporcionalidade, sendo a
294 responsabilidade de cada campus. A opção 02 foi a mais votada com 16 (dezesseis) votos,
295 contra a opção 01, com 10 (dez) votos contrários. Carlos Zanatta pontuou que é necessário
296 criar uma política de alimentação escolar. O presidente informou que a Proens está atuando
297 nessa demanda. Na **Comunicação dos Dirigentes**, Luiz Carlos Eckstein informou que
298 hoje ocorreu a abertura oficial do ano letivo de 2021 no campus Cascavel. Ricardo Tows
299 agradeceu todo o apoio oferecido pela Reitoria junto ao Campus Avançado Astorga.
300 Roberto Bianchi informou que o campus receberá a doação de equipamentos agrícolas via
301 emenda parlamentar. Leocádia informou que na semana passada ocorreu a formação
302 pedagógica e que a experiência foi muito boa. Karina Bonilaure informou que está
303 disponível na página do IFPR o decreto que trata sobre o Banco de Professor- Equivalente.
304 Adriano solicitou pediu que fosse verificado quanto à Instrução Normativa nº 04/2020, para
305 tornar mais célere ou até descentralizar para os Diretores-Gerais. Estevam pediu para
306 aqueles que não implantaram o Sistema Planif, que façam o quanto antes. Patricia informou
307 que o Campus conseguiu a emenda parlamentar para aquisição de equipamento para o
308 desenvolvimento de pesquisas. Carlos Zanata pontuou que foi criado o manual de
309 inventário que tratava do extravios de bens até o montante de R\$17 mil. Contudo, foi
310 comunicado à Proad que deveria ser aberto Termo de Ajustamento de Conduta. Informou
311 que foi enviado um e-mail na data de hoje. O presidente agradeceu as indicações para
312 análise dos PADS, processos administrativos disciplinares. Informou que será dada uma
313 capacitação pela Procuradora. Quanto à unidade de Maringá, informou que há muito tempo
314 é feita a tentativa. E que agora surgiu a possibilidade de criar um centro de referência na
315 cidade ligado ao Campus Londrina. Ressaltou que essa demanda não tira orçamento de
316 ninguém. Ainda, que o curso acontecerá nas dependências da prefeitura municipal.
317 Esgotada a pauta, o presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a
318 reunião às dezenove horas e dez minutos, da qual eu, Danniell Antonietto Chagas, da
319 Secretaria dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada e
320 homologada, via e-mail, será publicada no site do IFPR.

321 Odacir Antonio Zanatta

322 Adriano Willian da Silva

- 323 Amarildo Magalhães
- 324 Angelo Piassetta
- 325 Carlos Alberto Pereira do Rosário
- 326 Carlos Dalla Nora
- 327 Carlos Zanatta
- 328 Celso Luiz Buiar
- 329 Ciro Bachtold, Cleverson dos Anjos
- 330 Dircéia Calixto
- 331 João Claudio Madureira
- 332 João Gabriel Kozak
- 333 Joaquim de Lima
- 334 José Barbosa Dias Junior
- 335 Karina Ferrari
- 336 Karina Mello Bonilaure
- 337 Kleber Michalichem
- 338 Leocádia Silva
- 339 Lívia Maria Facuri
- 340 Luiz Carlos Eckstein
- 341 Luiz Seixas
- 342 Marcelo Estevam
- 343 Marcelo Lupion Poleti
- 344 Marcio Gonçalves
- 345 Marcos Antonio Barbosa
- 346 Marcos Paulo Rosa
- 347 Mateus das Neves Gomes

Ata enviada via e-mail aos Dirigentes na data de 31/05/2021, e homologada na reunião ordinária de 08/06/2021.

Daniel Antonietto Chagas
Secretaria dos Órgãos Colegiados



INSTITUTO FEDERAL

Paraná



Ministério da Educação

- 348 Monice Aquino
- 349 Patricia Bortolini
- 350 Paulo de Oliveira Fortes Junior
- 351 Paulo Yamamoto
- 352 Rafael Poltronieri
- 353 Ricardo Rodrigues de Souza
- 354 Ricardo Tows
- 355 Roberto Carlos Bianchi
- 356 Rodolfo Fiorucci
- 357 Thiago Pereira do Nascimento
- 358 Vicente Sandeski.